



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO Nº 257, DE 28 DE MAIO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o constante no Processo TST nº 503.171/2018-3, resolve:
Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de maio de 2017 a abril de 2018, nos termos do art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Min. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2017 A ABRIL/2018

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	LIQUIDADAS														
	MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	59.104.965,02	62.284.588,07	59.836.345,50	58.519.742,13	60.613.881,18	60.580.280,86	98.492.962,32	85.648.315,03	81.954.500,92	61.240.758,24	61.985.096,59	62.613.279,25	812.874.715,11	11.879,76	812.886.594,87
Pessoal Ativo	38.441.134,69	41.681.815,68	39.449.337,21	37.568.840,30	39.537.579,41	39.690.006,34	64.088.308,55	62.021.752,45	50.217.841,11	36.342.081,11	40.120.823,09	40.459.369,85	529.618.889,79	7.650,07	529.626.539,86
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	32.807.647,02	35.893.758,03	33.663.766,70	31.793.482,90	33.784.308,30	33.980.397,07	52.200.794,74	55.906.028,99	44.332.093,17	30.288.237,42	34.268.697,58	34.636.113,55	453.555.325,47	7.650,07	453.562.975,54
Obrigações Patronais	5.633.487,67	5.788.057,65	5.785.570,51	5.775.357,40	5.753.271,11	5.709.609,27	11.887.513,81	6.115.723,46	5.885.747,94	6.053.843,69	5.852.125,51	5.823.256,30	76.063.564,32	0,00	76.063.564,32
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciários	20.663.830,33	20.602.772,39	20.387.008,29	20.950.901,83	21.076.301,77	20.890.274,52	34.404.653,77	23.626.562,58	31.736.659,81	24.898.677,13	21.864.273,50	22.153.909,40	283.255.825,32	4.229,69	283.260.055,01
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.534.294,14	17.463.804,77	17.280.735,69	17.774.550,33	17.905.600,97	17.700.273,83	28.972.514,63	19.307.573,14	26.857.448,16	20.020.413,53	18.570.013,54	18.821.395,09	238.208.617,82	4.229,69	238.212.847,51
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.129.536,19	3.138.967,62	3.106.272,60	3.176.351,50	3.170.700,80	3.190.000,69	5.432.139,14	4.318.989,44	4.879.211,65	4.878.263,60	3.294.259,96	3.332.514,31	45.047.207,50	0,00	45.047.207,50
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	20.689.387,23	20.657.297,21	20.387.008,29	20.950.901,83	21.082.052,89	21.072.987,66	35.586.582,76	21.845.797,35	31.850.300,34	25.947.924,44	21.884.596,99	22.228.714,96	284.183.551,95	695,94	284.184.247,89
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.710,68	54.524,82	0,00	0,00	5.751,12	0,00	1.284,77	0,00	0,00	0,00	7.168,57	23.397,85	95.837,81	0,00	95.837,81
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	21.846,22	0,00	0,00	0,00	0,00	182.713,14	1.180.644,22	2.707.700,15	113.640,53	1.049.247,31	13.154,92	51.407,71	5.320.354,20	0,00	5.320.354,20
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	20.663.830,33	20.602.772,39	20.387.008,29	20.950.901,83	21.076.301,77	20.890.274,52	34.404.653,77	19.138.097,20	31.736.659,81	24.898.677,13	21.864.273,50	22.153.909,40	278.767.359,94	695,94	278.768.055,88
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	38.415.577,79	41.627.290,86	39.449.337,21	37.568.840,30	39.531.828,29	39.507.293,20	62.906.379,56	63.802.517,68	50.104.200,58	35.292.833,80	40.100.499,60	40.384.564,29	525.708.300,97	11.183,82	528.702.346,98
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)															

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	743.632.072.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	528.702.346,98	0,071097%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.351.655.399,35	0,181764%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.284.072.629,38	0,172676%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.216.489.859,42	0,163588%

FONTE: SIAFI - TST/SEA/DICONT, 22/05/2018, às 16h09.

NOTAS: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) O Limite Máximo foi estipulado conforme Ato Conjunto TST.CSJT nº 30, de 26 de agosto de 2013.

3) As Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração foram levantadas de acordo com informações dos respectivos processos administrativos e do Sistema de Folha de Pagamento. As Despesas de Exercícios Anteriores liquidadas na Fonte 0100, no período de apuração, totalizaram R\$ 8.303.216,39.

JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
Diretor-Geral da Secretaria

RUBENS LUIZ MURGA DA SILVA
Secretário de Controle Interno

DIRLEY SÉRGIO DE MELO
Secretário de Administração

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2017 A ABRIL/2018

				R\$ 1,00	
				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				812.886.594,87	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				284.184.247,89	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				528.702.346,98	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				743.632.072.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,071097%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,206935%	1.538.835.028,19
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,206896%	1.538.545.011,69
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST.CSJT Nº 1/2007	0,182102%	1.354.168.875,75
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST.CSJT Nº 30/2013	0,181764%	1.351.655.399,35
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT 12/2015 ¹			0,181764%	1.351.655.399,35

FONTE: SIAFI - TST/SEA/DICONT, 22/05/2018, às 16h09.

NOTA: ¹ O Ato Conjunto TST.CSJT nº 12/2015 alterou somente os limites dos Tribunais Regionais do Trabalho. Os limites do TST permaneceram os mesmos estipulados no Ato Conjunto TST.CSJT nº 30/2013.

JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
Diretor-Geral da Secretaria

RUBENS LUIZ MURGA DA SILVA
Secretário de Controle Interno

DIRLEY SÉRGIO DE MELO
Secretário de Administração